



ATA N.º 19/2024

Isle

Data da reunião ordinária: 03/10/2024

Início da reunião: 14:05 horas

Fim da reunião: 16:00 horas

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

Membros que comparecem à reunião:

Presidente:

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

Vereadores

Ana Isabel Alves Dias

José Moura Rodrigues

José Fernando Pereira Capela

Jorge Carneiro Morais Fidalgo

Sandra Manuela Justo Alves de Sousa

António Manuel Fernandes

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Maria Fernanda Dinis Moreira

Cargo: Chefe da Divisão Administrativa



ATA N.º 19
Reunião ordinária da Câmara
Municipal de Montalegre, realizada
no dia 03 de outubro de 2024.

No dia três do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a presidência da Senhora Presidente da Câmara Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, e com a participação dos Senhores Vereadores Dra. Ana Isabel Alves Dias, Dr. José de Moura Rodrigues, Dr. José Fernando Pereira Capela, Dr. Jorge Carneiro Morais Fidalgo, Dra. Sandra Manuela Justo Alves de Sousa, Manuel António Fernandes e comigo, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária. _____
Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando eram catorze horas e cinco minutos, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia, disponibilizada aos membros do executivo, no dia um de dois mil e vinte e quatro, na plataforma de gestão documental sharepoint, cujo teor se transcreve infra, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião sob a forma *de doc. n.º 1*. _____

2.1. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – ATRIBUIÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO EM 50% NOS CADERNOS DE ATIVIDADES – PROPOSTA;

2.2. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – ATRIBUIÇÃO DA TARIFA SOCIAL DE ÁGUA – PROPOSTA;

2.3. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – ESCALÃO 1 DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROPOSTA;

2.4. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO, FORMULADO PELA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SALTO, PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA DE SOCORRO 4X4 – PROPOSTA;

2.5. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO, FORMULADO PELA ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA, DESTINADO À ORGANIZAÇÃO DO II CONGRESSO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO ALTO TÂMEGA E BARROSO - EMERGÊNCIA SEM FRONTEIRAS – PROPOSTA;

2.6. ACORDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA – SANEAMENTO – RSU N.º 062240900001(CIL) 1812 – PROPOSTA;

2.7. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 17/09/2024 A 30/09/2024 – CONHECIMENTO;

2.8. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 188/2024 – CONHECIMENTO;

2.9. PERMUTA DE PRÉDIOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E PARTICULARES, NA ALDEIA DE PENEDONES – PROPOSTA;

2.10. LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE SALTO - RESERVA DO LOTE N.º 2 – PROPOSTA.



I

- ANTES DA ORDEM DO DIA -

Intervenções: _____

O senhor vereador Dr. José Capela iniciou este período, referindo que na reunião de dezoito de abril a Senhora Presidente da Câmara tinha elencado os projetos que seriam financiados pelos fundos comunitários. Do que se lembra, o Multifunções de Salto estava colocado em primeiro lugar. Porém, na última assembleia municipal, a Senhora Presidente afirmou que os custos da construção desse equipamento, seriam suportadas integralmente pelo orçamento da câmara, ou seja, seria financiado com fundos próprios. Pergunta, se em relação a esta obra o que acabou de dizer se confirma, e se assim for, quer saber quais os projetos que vão substituir, os que estavam colocados em primeiro lugar para concorrer a fundos comunitários. Seguidamente, colocou outro assunto, que se relaciona com as obras em Caniçó e perguntou se a Senhora Presidente já tinha falado com os proprietários dos terrenos onde a câmara pretende intervir, e se tinha conseguido as autorizações desses proprietários para que a obra que já se iniciou, possa então prosseguir com a normalidade devida. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que em relação ao assunto do Multifunções, reitera tudo o que tinha dito na última assembleia municipal. Aliás, tinha já dado, essa informação em reunião de câmara, a propósito da discrepância que houve em muitas situações, entre aquilo que estava previsto em termos de regulamentos para os fundos comunitários, o que foi negociado aquando da elaboração do quadro comunitário e o que depois, veio a fazer parte dos avisos que entretanto foram publicados e, onde as regras foram mudadas, tendo sido o Multifunções uma delas. Deste modo, o que estava previsto, era exatamente que a verba para a construção do Multifunções que se inseria num quadro operacional, fosse financiada pelos fundos comunitários, por isso, foi identificada pela câmara, mas, quando saiu a publicação do aviso sobre os fundos, verificou-se que as construções novas, não podiam ser alocadas. Por tal facto, o valor da construção dessa obra, vai ser suportado, integralmente, pelo orçamento da câmara municipal. O senhor vereador Dr. José Capela perguntou se então as construções novas, não são contempladas pelos fundos comunitários. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que de facto, as construções novas, não são elegíveis, ao contrário daquilo que inicialmente estava previsto, aquando da feitura do pacto. Referiu que, aquilo que neste âmbito apontam, é a refuncionalização de edifícios, sendo certo que, a construção nova que estava prevista caiu, e o Multifunções de Salto vai ser, integralmente suportado pelo orçamento da câmara. Esclareceu que foi feito o projeto para a obra, mas teve que ir para revisão, estando para ser entregue brevemente. Posteriormente, será lançado o concurso público de empreitada, que prevê que seja despoletado, lá para meados de outubro ou o mais tardar em novembro, existindo no orçamento municipal, verba para o concretizar. _____



O senhor vereador Dr. José Capela perguntou se em relação às obras que estão a ser feitas em Salto, no local onde será construído o Multifunções, há algum prazo para conclusão destas. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, de momento não se recorda do prazo previsto para essas obras, mas poderá ir ver, se for necessário. _____

O senhor vereador da oposição Dr. José de Moura Rodrigues afirmou que, o prazo para essas obras, tinha sido ultrapassado. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que, o prazo das obras não foi ultrapassado. Esta obra, está a ser efetuada, é responsabilidade da EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, aliás, como o senhor vereador deverá saber. Referiu que, devemos congratular-nos que a obra esteja a prosseguir a bom ritmo, atendendo às circunstâncias muito especiais, que foram encontradas no terreno, tais como, uma série de nascentes. _____

O senhor vereador Dr. Capela observou que, tinha dito sempre, que aquele terreno era pantanoso e por isso, esse facto, só deve ser novidade para a câmara. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, o que conta, é que a obra está a decorrer a bom ritmo e, que dentro dos prazos exetáveis, possa estar realizada porque o projeto do Multifunções, vai iniciar-se, antes mesmo daquela obra estar concluída. Por isso, é bom que as obras em causa, estejam em bom ritmo e que sejam feitas com a qualidade que é exigida, estando a fiscalização no terreno para fazer essa verificação, atender a todas as circunstâncias que surjam e que são normais aparecerem, no decorrer da obra de empreitada, para que possam ser resolvidas atempadamente. Quanto à verba disponível para este projeto, foi a mesma, distribuída por outros que estavam elencados. Porém, se o senhor vereador quiser, pode chamar o responsável pelas candidaturas que poderá informar com mais detalhe, onde foi alocada essa verba. Todavia, com o tempo ter-se-á oportunidade de incluir outras obras, decorrentes da finalização quer de projetos, quer de candidaturas e a verba sobranete, se a houver, será por sua vez, alocada a outros projetos, como é normal. O Pacto, é um instrumento de gestão, não está encerrado porque houve a necessidade, não só de Montalegre, como dos outros cinco municípios que fazem parte da CIM do Alto Tâmega e Barroso, de efetuarem alterações nos pactos, decorrentes das discrepâncias de que há pouco falou. _____

O senhor vereador Dr. Capela questionou se as prioridades dos projetos candidatos a fundos comunitários, foram alteradas. _____

A Senhora Presidente da Câmara disse que saiu o Multifunções dessa priorização de projetos candidatos, mas de resto, manteve-se tudo como estava, passando apenas esta obra, para o orçamento da câmara. Quanto ao assuntos das obras de Caniçó, abordado pelo Dr. Capela, referiu que foi enviado um email ao senhor Albano, que é um dos herdeiros da casa de Barroso, com o projeto das obras que tinha já sido mostrado no local e, espera-se que possa chegar-se a um acordo, para que as obras iniciadas no local, possam prosseguir. Porém, como se sabe, no caso destes tipo de obras, não havendo alternativa, prevalece sempre o interesse público, conjugado com o bem-estar da população, da sua segurança rodoviária, da sua mobilidade e por



isso, a câmara agirá nesta conformidade, se preciso for. Afirmou que, até ao momento as obras não pararam e, a seguir à conclusão do muro, vai proceder-se à pavimentação, apenas se fez uma pausa para esclarecimento sobre a propriedade de alguns terrenos. Referiu que, foi feita uma intervenção na pavimentação das Corguinhas até ao largo, onde já se tinha intervencionado. Por outro lado, vai falar-se também, com uma senhora que está no lar ou com quem a representa, para ver se está interessada em ceder ou vender uma faixa do seu terreno. Neste caso, está a falar-se de um total de duzentos metros lineares, que servirá para alargamento da via e que será pago, ao preço das expropriações que se fizeram em Salto, se não prescindir dessa verba em troca da construção do muro, o qual será muito mais dispendioso, sendo edificado em pedra, tal como o que lá está. Por isso, nesta fase, está ainda a tratar-se de obter acordo com alguns proprietários para que esta intervenção se possa fazer e da qual, resulta até uma maior valorização dos terrenos para os particulares envolvidos. Porém, se isto não for conseguido, então, não se faz o alargamento, substitui-se apenas o pavimento e a população local, depois que avalie e diga de sua justiça. Disse que, o largo do Barroso irá ser intervencionado, faltando aferir apenas quem é o proprietário da poça que lá existe, por isso, ter-se-á de aguardar a clarificação destas questões que envolvem proprietários e a questão de herdeiros dessas propriedades. Afirmou que, como pediu ao senhor vereador Dr. Capela na reunião anterior, voltando aqui a reiterar esse pedido de como habitante que é de Caniçó, mas até, na sua qualidade de vereador, que enverede os seus melhores esforços, no sentido de poder fazer entender às pessoas que ainda estão reticentes, em dar autorização para que uma parte tão pequena dos seus terrenos, em alguns casos, é apenas uma faixa de cinquenta centímetros, possa ser usada no alargamento da via naquele local, que nestas questões, há sempre a prevalência do interesse público sobre o interesse privado. A câmara, como já referiu, fará a construção dos muros e a sustentabilidade das terras, que urge ser feita e todas esses terrenos ficarão mais valorizados. Deste modo, solicita ao senhor vereador a sua colaboração de fazer perceber a essas pessoas, que o que prevalece é o interesse da população e não de particulares, que por serem possuidores de cinquenta centímetros de uma artigo matricial se podem opor à realização de uma obra que é pública, feita no interesse da população no sentido de lhes devolver mais segurança e melhor mobilidade. Sendo certo, que em contrapartida dessa cedência, a câmara se propõe construir o muro que tem muito mais valor que a faixa de terreno que possam ceder. Referiu que, a acrescentar a tudo isto, há ainda a questão do estado daquela via porque como o senhor vereador sabe, pois também lá passa, ao pé da escola a circulação era complicada e a mobilidade das pessoas estava afetada. Trata-se de uma via estruturante para a aldeia e para os residentes de Cima da Vila, e estes senhor veredor Dr. Capela, como melhor que ninguém sabe, merecem uma acessibilidade melhorada, já estava a ser reclamada e não era de agora, concluiu.

O senhor vereador Manuel António Fernandes interveio para enaltecer e agradecer a realização de um grande evento desportivo, o qual aconteceu no concelho, no fim de semana passado e



consistiu, em mais uma edição do Transcávado BTT. Sabe que a área do desporto, é da competência do senhor vereador Dr. Jorge Fidalgo que foi quem deu início a este evento o qual depois ele teve a honra de o finalizar. Referiu que, participou nesse evento que é de carácter nacional e internacional pois vieram emigrantes para participar, e dessa sua participação dá aqui nota de que conseguiu completar a prova e chegar ao fim. Este evento, teve a participação de quatrocentos participantes, os quais deslocaram-se para Montalegre já no dia anterior à prova e pelo menos cada um deles, trouxe mais um familiar, o que faz rondar as mil pessoas que por causa desta prova, passaram e ficaram em Montalegre na sexta feira à noite. Disse que, este evento desportivo começa para alguns às sete horas da manhã e para os mais amadores às nove. Deste modo, quer agradecer todo o apoio que a câmara deu para a realização desta prova desportiva, bem como, ao clube BTT de Montalegre na pessoa do Albino Rebelo, que fez tudo para que nada faltasse na organização e no decorrer deste evento, sendo certo que, a realização desta prova é dividida pelo Município de Montalegre e o Município de Esposende. Salientou que, o Albino Rebelo, revelou-se uma pessoa inexcedível e incansável na realização de todo o evento. Como há pouco referiu, coube-lhe a si, encerrar a prova em Esposende e por isso, traz um agradecimento para entregar ao senhor vereador do desporto. Informou que, da participação nesta prova não lhe resultou um último lugar porque numa ficou classificado em quadragésimo sétimo e noutra em quadragésimo oitavo lugar, isto, num universo de duzentos participantes. Revelou que neste evento, foi possível ver o espírito de camaradagem que é sempre espetacular, e numa edição que já foi a oitava, este é um evento que está quase perfeito, por isso, mais uma vez, renova aqui os parabéns para todos os envolvidos e participantes. _____

A Senhora Presidente da Câmara agradeceu, ao senhor vereador Manuel António pelo troféu bonito que trouxe deste evento e que acabou de oferecer ao senhor vereador do desporto. Agradeceu ainda, a todos os que estiveram na organização deste evento. _____

O senhor vereador da oposição Dr. Capela no uso da palavra disse que ia voltar novamente, ao assunto de Caniçó. Deste modo, referiu que na última reunião de câmara a Senhora Presidente lhe tinha pedido a sua colaboração para este assunto e disse-lhe que estava ao seu dispor para o fazer. Porém, como se constata, este assunto começou mal logo de início porque a Senhora Presidente não foi falar, diretamente com os proprietários. Em segundo lugar, depois a câmara entrou nos terrenos para fazer o que entendia fazer e, provavelmente, esta é uma atitude de outros tempos. Por outro lado, quer esclarecer que não se pode sobrepor, à Senhora Presidente neste matéria porque, é esta que tem o poder, portanto, não é ele enquanto vereador, nem a interposta pessoa que a Senhora Presidente mandou falar com as pessoas. Referiu que, conversou com as três partes envolvidas neste assunto e todas foram unânimes em dizer-lhe que a Senhora Presidente não tinha ido falar com eles diretamente e, se quisesse fazer a obra teria de falar com os proprietários dos terrenos. Aliás, disseram-lhe o seguinte, referindo-se aos terrenos, "os de Caniçó tem dono" e toda a gente sabe de "quem é aquilo," por isso, a câmara ou a Senhora Presidente, se não sabiam de quem eram os prédios, deviam ter-se inteirado disso.



Afirmou que, todos lhe disseram também que queriam falar com a Senhora Presidente, mas que o contacto não podia partir deles, pois, tinha de ser a câmara, a dar esse passo porque era a parte interessada. Deste modo, pensa que se a Senhora Presidente chamar cá os proprietários em questão ou se deslocar até eles, pensa que esta questão de conseguir a autorização para intervir nos terrenos para fazer a obra que se propõe para Caniçó, poderá ser ultrapassada facilmente, ou seja, é caso para dizer, “a conversar é que a gente se entende.” Assim sendo, desde que a Senhora Presidente da Câmara contacte diretamente estes proprietários, seja pelo meio que for, acha que se consegue um entendimento, e se um deles não quiser, vai querer o outro, ainda que estes possam colocar algumas condições. Quanto à questão da poça que está no largo do Barroso, tem a dizer que é um bem particular, por isso, não queira a câmara intervir nestas situações, aquilo pertence a alguém. A câmara deve fazer as obras, onde é público e naquilo que é privado, é de opinião de que a câmara não deve intervir, aliás, há a obra do largo e da estrada toda para fazer. Referiu que a câmara está a calcetar do depósito para baixo e ainda bem, que esta obra foi tomada como prioritária porque com as primeiras chuvas, veio areia e lama por ali abaixo, por isso, ainda bem que a obra está a ser feita, deixa aqui os parabéns. No entanto, disse, falta fazer o resto que é, falar com as pessoas porque ele, tem feito a sua parte. Disse que, se a Senhora Presidente quiser e achar por bem, pode estar nessas conversas que tiver com as pessoas e põe-se do seu lado, ou ao lado da Senhora Presidente, mas quem tem de falar com todos esses proprietários, terá de ser como é obvio, a Presidente da Câmara. ___

A Senhora Presidente afirmou que, agradece as palavras do senhor vereador, mas quer dizer que os vereadores da oposição, já estão nestas funções há pelo menos dois anos e tiveram já a oportunidade de perceber, qual é a sua maneira de pensar. Por isso, dizer o senhor vereador Dr. Capela e passa a citar: “ponho-me ao seu lado” e ao “dispor,” é caso para dizer, que nesta questão não há lado algum porque o interesse neste assunto, é das pessoas, da população de Caniçó, e a câmara têm obrigação de atender a estas situações. Afirmou que, aquilo que seria bonito, é que durante os quatro anos de mandato, a partir de que se é eleito, deixasse de haver partidos e apesar de todos os que aqui estamos, termos a nossa ideologia, de facto a nossa bandeira é, e devia ser sempre a nossa terra. Por isso, todos temos de ter pensamento colaborativo porque ainda que se possa priorizar de forma diferente alguns assuntos ou matérias, os interesses são comuns e o interesse maior, é a satisfação das necessidades das pessoas e do interesse público que deverá ser, uma prioridade para todos. Afirmou que, tem de discordar das palavras do senhor vereador Capela quando diz que, “tem de ser a Senhora Presidente a falar e não interposta pessoa”, porém, quer aqui esclarecer que quando mandata alguém para fazer algo, essa pessoa fá-lo em seu nome. Deste modo, quando pediu ao Senhor Alexandre para falar com as pessoas em Caniçó, este não o fez a titulo particular, privado ou como residente, mas somente, para dizer o seguinte, “encarrega-me a Senhora Presidente da Câmara de lhe dizer, que há intenção de se fazer esta obra”. _____



O senhor vereador Dr. Capela perguntou se não tinha sido melhor neste caso, ter mandado o Presidente da Junta falar com as pessoas. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, com todo o respeito que lhe merece a senhora Presidente da Junta, tudo o que se passou em Caniçó é, uma novidade. Referiu que, a exemplo de muitas outras situações, são os privados que vêm ao encontro da câmara e dizem, “façam lá o alargamento porque vai beneficiar toda a gente,” “podem tirar o terreno que for necessário porque não há problema nenhum.” Ora, em Caniçó nada disto foi assim, pois a câmara contactou quem pensava ser o proprietário porque era a informação que se tinha e como se deve compreender, é impossível que se conheça de quem são todos os terrenos de Caniçó. Quando se começou a intervenção que se está a fazer naquele local, esta foi iniciada numa zona onde se tinha autorização do proprietário do terreno para o fazer, que é aquela zona em frente à escola. O senhor vereador Dr. Capela observou que, em mais de quinhentos metros de intervenção que se têm de fazer no local, a única autorização que a câmara teve foi em vinte metros. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que em frente à escola são mais de vinte metros, e ao fazer essa afirmação, o senhor vereador Dr. Capela estava a faltar à verdade. Fez-se a intervenção onde se tinha autorização para fazer e fez-se também um intervenção prospetiva como é uma obrigação da câmara porque ao acabar o muro na ponta onde está, verificou-se que há um risco de derrocada que tem de ser avaliado. _____

O senhor vereador Dr. Capela referiu que continuam a haver mais derrocadas porque a máquina continua lá. _____

A Senhora Presidente respondeu que a máquina está no local porque o largo vai ser intervencionado. _____

O Senhor vereador disse que o proprietário, andava a tirar terra junto ao muro, o que provocava mais derrocada. _____

A Senhora Presidente da Câmara afirmou que, houve necessidade de se fazer uma ligeira limpeza, tirar os silvados para perceber da estabilidade da via. Assim, em forma de conclusão sobre este assunto, refere que presentemente na parte que é dos trinta e um herdeiros, há um interlocutor que é o senhor Albano, que alertou que os terrenos a seguir onde se começou a intervenção, eram deles, por isso, foi ao local e falou com ele, que ficou de contactar os demais herdeiros e dar-nos uma resposta sobre esta matéria. Relativamente, aos demais proprietários irá falar pessoalmente com eles. Por isso, não lhe parece que seja preciso o senhor vereador pôr-se ao seu lado, mas sim, ao lado da população e dos interesses das pessoas. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues interveio para dizer que, a partir de hoje, vai deixar de fazer esforços para reduzir a conflitualidade nestas reuniões ou a agressividade porque acha que não faz sentido. Acabou de assistir a que o senhor vereador Dr. Capela se disponibilizou para ir a uma reunião, ficar do lado da Senhora Presidente e logo de seguida, foi alvo de comentários pouco amigáveis por parte desta. Ora, o Dr. Capela com a atitude que teve e muito bem, não se disponibilizou para satisfazer os seus interesses privados, mas sim, o interesse público que é, o



que aqui está em causa. Referiu que, a Senhora Presidente estaria nessa reunião na qualidade de Presidente da Câmara a representar o interesse público e, era nessa qualidade que o senhor vereador Dr. Capela se juntaria. Por isso, acha que se deve moderar estas questões porque se está aqui a discutir há cinquenta minutos, algo que não é estruturante, são questões operacionais e não lhe parece a melhor forma de funcionamento das reuniões de câmara. Acha que a Senhora Presidente da Câmara faz intervenções longas, que são operacionais, de execução e não são para aqui chamadas.

A Senhora Presidente da Câmara interveio para dizer que, em momento algum sentiu que o senhor vereador Dr. Capela se sentisse ofendido com as suas palavras porque essa não era a sua intenção. Pensa que o senhor vereador entendeu exatamente, o que quis dizer e não usou sequer de agressividade, nem de insulto, apenas estava a debater um assunto que para ambos, eventualmente é mais querido e mais conhecido porque se trata de Caniçó, a sua terra e por isso, pode haver por vezes, mais emotividade no discurso. Porém, em momento algum, disse rigorosamente nada que pudesse ofender o senhor vereador. Aliás, quando o senhor vereador referiu que dava a sua colaboração quando fosse falar com as pessoas e passa a citar, "ponho-me de lado, não tenho problema nenhum," ao responder-lhe que agradecia o facto de se pôr ao seu lado, apenas lhe referiu que o que tinha de fazer era antes pôr-se ao lado da população e tem a certeza que o senhor vereador percebeu bem, o que lhe quis transmitir. Aliás, o senhor vereador Dr. Capela tem à vontade suficiente consigo para que se fosse o caso de ter ficado ofendido com as suas palavras, a chamar à atenção. Referiu ainda, o facto de o vereador Dr. José Rodrigues ter dito que fazia intervenções longas, porém, quer dizer-lhe que apenas responde às questões que lhe são colocadas e responde porque quem o faz lhe merece respeito. Ora, foi o senhor vereador Capela que colocou uma série de questões sobre as obras de Caniçó, as respostas aqui dadas sobre essa matéria foram dirigidas a ele, pois, percebe que este assunto lhe interesse de forma especial porque não deixa de ser a terra dos seus pais e onde reside, sendo também a sua terra. Prossequindo, a sua intervenção a Senhora Presidente da Câmara referiu que as piscinas municipais já estão abertas e vai agora brevemente, iniciar-se aulas de hidroginástica e de natação. Disse que, estão a finalizarem-se os horários e estão a ser feitos todos os procedimentos para dar resposta a todas as solicitações efetuadas para esse tipo de aulas porque há muitas pessoas inscritas. Informou que, a câmara recebeu mais cinco prémios de excelência autárquica, sendo prémios gratuitos porque não se pagou rigorosamente nada para a sua obtenção. Por isso, de muitas candidaturas que foram feitas, apraz-lhe registar que os avaliadores das mesmas que não conhece, tenham considerado que o programa, "Mexe-te nas Férias," na área da educação, os "Olhares pela Maternidade," a "Concessão de apoio à família" na área da ação social, a "Sexta 13" e a "Feira do Fumeiro" na área da cultura, tenham merecido o prémio de Excelência Autárquica, sendo tidos como boas práticas a replicar nos demais municípios. Aliás, sabemos que estes programas e eventos, tem sido replicados, a Sexta 13, inclusivamente tem-se vindo a disseminar por uma série de juntas de freguesia e câmara



gosta que tal aconteça, até para dar dinâmica às terras. Por outro lado, também a concessão de apoio à família, enche de orgulho esta câmara que tenha sido reconhecido, pela excelência que o mesmo significa. _____

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -

II

INTERVENÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA

2.1. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – ATRIBUIÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO EM 50% NOS CADERNOS DE ATIVIDADES – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta datada de 30.09.2024 elaborada pelo Dr. Jorge Carneiro de Morais Fidalgo, vereador com competências na área da Educação, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

“À Reunião de Câmara de 03.10.2024 _____

PROPOSTA: CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – ATRIBUIÇÃO DA COMPARTICIPAÇÃO EM 50% NOS CADERNOS DE ATIVIDADES – PROPOSTA _____

Proposta _____

Com fundamento na informação apresentada pela Chefe de Unidade de Inclusão e Ação Social, em anexo, proponho à Ex.ma Câmara a atribuição da comparticipação em 50 % nos cadernos de atividades, associados aos respetivos manuais escolares, de acordo com o artigo 6º, n.º 1 alínea c) do Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro. _____

Montalegre e Paços do Município, 30 de setembro de 2024. O Vereador, Jorge Carneiro de Morais Fidalgo.” _____

Anexo a esta proposta encontra-se uma informação da chefe da Unidade de Inclusão e Ação Social Dra. Ana Rita Velho Pedreira a qual se dá aqui por integrada e reproduzida para os devidos efeitos e que fundamenta nos termos do Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro, a atribuição deste apoio à aluna do 5.º ano a frequentar a escola EB/Secundária do Baixo Barroso. _____

Esta proposta e os documentos anexos ficam arquivados no maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.º 2. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta. _____

À Divisão Socio Cultural e Educação para acompanhamento da execução desta deliberação. _____

2.2. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – ATRIBUIÇÃO DA TARIFA SOCIAL DE ÁGUA – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta datada de 30.09.2024 elaborada pelo Dr. Jorge Carneiro de Morais Fidalgo, vereador com competências delegadas na área dos serviços urbanos, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____



“À Reunião de Câmara de 03.10.2024 _____

PROPOSTA - CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – ATRIBUIÇÃO DA TARIFA SOCIAL DE ÁGUA – PROPOSTA; _____

Proposta _____

Com fundamento na informação apresentada pela Chefe de Unidade de Inclusão e Ação Social, em anexo, proponho à Ex.ma Câmara a atribuição da comparticipação a equiparação do aluno aí referenciado, aos alunos com o Escalão 1 da Ação Social Escolar, no cumprimento do determinado pela alínea b) do n.º2, do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro. _____

Montalegre e Paços do Município, 30 de setembro de 2024.O Vereador, Jorge Carneiro de Morais Fidalgo.” _____

“Informação _____

O Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro, no que diz respeito aos benefícios sociais a atribuir ao agregado familiar do titular deste cartão, prevê, na alínea g), do n.º 2, do artigo 6º, que reúna os requisitos exigidos para a atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro, seja atribuída “a tarifa social de água, aplicável aos consumidores domésticos, de acordo com o Regulamento de abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Resíduos Sólidos Urbanos desde que o respetivo contrato de fornecimento esteja em seu nome e diga respeito à sua habitação própria e permanente” _____

Neste contexto, e cumprindo, também o estipulado no número 2, do artigo 8º, do mesmo Regulamento, os bombeiros abaixo discriminados requerem esta equiparação: _____

Nome do Bombeiro	Morada	CIL
Processo n.º 71/01/CB/2024	_____	11029
Processo n.º 83/13/CB/2024	_____	5284
Processo n.º 96/18/CB/2024	_____	7586

Após análise de todos os documentos apresentados, verificou-se que os requerentes reúnem as condições regulamentares para que a atribuição da tarifa social de água lhes seja aplicada.

Montalegre, 30 de setembro de 2024.A Chefe de Unidade de Inclusão e Ação Social. Ana Rita Velho Pedreira.”

Esta proposta e a informação anexa ficam arquivadas no maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.º 3. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta. _____

À Divisão Socio Cultural e Educação para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. _____



À Divisão do Ambiente e Serviços Urbanos – Secção das águas para os devidos efeitos. _____

2.3. CARTÃO MUNICIPAL DO BOMBEIRO – ESCALÃO 1 DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta datada de 30.09.2024 elaborada pelo Dr. Jorge Carneiro de Morais Fidalgo, vereador com competências na área da Educação, cujo teor se transcreve, de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais: _____

“Proposta _____

Com fundamento na informação apresentada pela Chefe de Unidade de Inclusão e Ação Social, em anexo, proponho à Ex.ma Câmara a atribuição da comparticipação a equiparação do aluno aí referenciado, aos alunos com o Escalão 1 da Ação Social Escolar, no cumprimento do determinado pela alínea b) do n.º2, do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro. _____

Montalegre e Paços do Município, 30 de setembro de 2024.O Vereador, Jorge Carneiro de Morais Fidalgo.” _____

“Informação: _____

O Regulamento de Atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro, no que diz respeito aos benefícios sociais a atribuir ao agregado familiar do titular deste cartão, prevê, na alínea b), do n.º 2, do artigo 7.º, que os seus descendentes em 1º grau, que reúnam os requisitos exigidos para a atribuição do Cartão Municipal de Bombeiro, sejam “Equiparados a beneficiários de escalão A (1.º escalão) dos apoios sociais concedidos pela Autarquia às crianças que frequentam as escolas do 1º CEB e Jardim de Infância do concelho”. _____

Neste contexto, e cumprindo, também, o estipulado no número 2, do artigo 8º, do mesmo Regulamento, o bombeiro abaixo discriminado requiere esta equiparação: _____

Nome do Bombeiro	Dependente em 1º grau	Ano	Escola
_____	_____	4.ºano	Centro Escolar de Salto

Após análise de todos os documentos apresentados, verificou-se que o requerente reúne as condições regulamentares para que o seu descendente seja beneficiado com apoios sociais correspondentes aos dos alunos(as) com o Escalão A (1.º escalão) da Ação Social Escolar.____
Montalegre, 30 de setembro de 2024. A chefe de Unidade de Inclusão e Ação Social. Ana Rita Velho Pedreira.” _____

Esta proposta e a informação anexa ficam arquivadas no maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.º 4. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes, a aludida proposta. _____

À Divisão Socio Cultural e Educação para efeitos de notificação e acompanhamento da execução material da presente deliberação. _____



IV

- CONCESSÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS -

2.4. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO, FORMULADO PELA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SALTO, PARA AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA DE SOCORRO 4X4 – PROPOSTA.

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, um pedido de apoio financeiro apresentado pela associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salto destinado à aquisição de uma ambulância. Sobre este pedido, foi exarado um despacho pela Senhora Presidente da Câmara Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves que refere: “cabimentar e remeter à reunião de câmara para atribuição de 25 000€ (vinte e cinco mil euros), 30.09.2024.”

Antes de ser colocado o presente assunto à discussão, o senhor vereador Manuel António Fernandes declarou-se impedido de participar na sua apreciação, por fazer parte desta associação, ausentando-se da sala da reunião.

Este pedido de apoio financeiro, foi objeto de cabimento pela Divisão de Finanças ao qual foi aposto o n.º1087 em 30.08.2024.

Estes documentos ficam anexos a esta ata, em forma de cópia como docs. n.s 5 e 6.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, um apoio financeiro no valor de vinte e cinco mil euros, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salto, para a aquisição de uma ambulância de socorro 4x4.

Ao Gabinete de Apoio à Presidência para os devidos efeitos.

À Divisão de Finanças para cumprimento da presente deliberação.

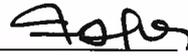
2.5. PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO, FORMULADO PELA ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA, DESTINADO À ORGANIZAÇÃO DO II CONGRESSO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO ALTO TÂMEGA E BARROSO - EMERGÊNCIA SEM FRONTEIRAS – PROPOSTA

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, um pedido de apoio financeiro, formulado pelo Presidente da Direção da APSAT - Associação de Profissionais de Saúde do Alto Tâmega, destinado à organização do II Congresso de Urgência e Emergência do Alto Tâmega e Barroso. Sobre este pedido de apoio, foi exarado pela Senhora Presidente da Câmara um despacho que indica a atribuição de um apoio de €1.000,00 (mil euros) valor este devidamente cabimentado pela Divisão de Finanças.

Estes documentos ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de docs. n.ºs 7 e 8.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a atribuição de um apoio financeiro no valor de mil euros, destinado à organização do II Congresso de Urgência e Emergência do Alto Tâmega e Barroso a promover pela Associação de Profissionais de Saúde do Alto Tâmega.

À Divisão de Finanças para os devidos efeitos.



V

PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA**1 – PLANEAMENTO / ORDENAMENTO****2 – OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO / OBRAS DE URBANIZAÇÃO****3 – OBRAS DE EDIFICAÇÃO****4 – SERVIÇOS URBANOS****2.6. ACORDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA – SANEAMENTO – RSU N.º 062240900001(CIL) 1812 – PROPOSTA.**

Foi presente, para aprovação do executivo municipal, relativamente ao assunto identificado em título, um acordo de pagamento em prestações do valor de água e saneamento em dívida, no montante de 295.20 € relativo ao CIL n.º1812. Sobre este pedido, foi exarada uma informação pelos serviços respetivos a qual para os devidos efeitos se dá aqui como integrada e reproduzida, onde se propõe o pagamento da referida dívida em três (3) prestações mensais. o senhor vereador em regime de tempo inteiro, responsável pela área do ambiente e dos serviços urbanos, Dr. Jorge Carneiro Morais Fidalgo, exarou despacho sobre esta informação que refere: “ À reunião de câmara.”

O pedido e o acordo de pagamento ficam anexos a esta ata como docs. n.ºs 9 e 10.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o acordo de pagamento em prestações, suprarreferido, relativo ao CIL 1812, o qual ficará sem efeito, caso se verifique a falta de pagamento tempestivo de qualquer das prestações em dívida, situação que determinará o vencimento automático das demais, bem como a cessação do fornecimento de água. À Secção dos Serviços Urbanos e Ambiente para dar execução à presente deliberação e acompanhar a regularidade do cumprimento do acordo de pagamento ora aprovado.

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS

VII

FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS

VIII

GESTÃO AUTÁRQUICA**1 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS****2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL****2.7. RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 17/09/2024 A 30/09/2024 – CONHECIMENTO.**

Foram presentes pelo Núcleo de Gestão Financeira (NGF), para efeitos de conhecimento do executivo municipal, listagem de ordens de pagamentos efetuados pela autarquia, relativa ao período entre o dia dezassete e o dia trinta do mês de outubro do ano dois mil e vinte quatro a importância global ilíquida de € 1.515.454,42 (um milhão quinhentos e quinze mil, quatrocentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos).



Este documento ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento sob a forma de doc. n.º11.

2.8. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA N.º 188/2024 – CONHECIMENTO.

Foi presente pela secção de tesouraria para conhecimento do executivo municipal, o resumo diário da tesouraria n.º 188, respeitante ao dia três do mês de outubro do ano dois mil e vinte quatro, o qual apontava para o total de disponibilidades na ordem de € 9.531.814,56 sendo € 8.738.855,22 como dotações orçamentais e € 792.959,34 como dotações não orçamentais.

Este documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquia no maço de documentos relativo à presente ata sob a forma de doc. n.º 12.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, tomar conhecimento do assunto suprarreferido.

IX

ATIVIDADE REGULAMENTAR

IX

ATIVIDADE REGULAMENTAR

X

DIVERSOS

2.9. PERMUTA DE PRÉDIOS ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E PARTICULARES, NA ALDEIA DE PENEDONES – PROPOSTA.

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, proposta elaborada pelo técnico superior afeto ao Património, Dr. Abel Surreira a qual para os devidos efeitos se transcreve de seguida, na íntegra para os devidos efeitos legais. Sobre esta proposta encontra-se exarado um despacho da Senhora Presidente da câmara datado de 30.09.2024 que refere: À Reunião de câmara.”

“PROPOSTA

Assunto: Permuta de prédios entre o Município de Montalegre e particulares, na aldeia de Penedones.

I – Da justificação

Considerando que houve um conjunto de prédios que foram adquiridos na Freguesia da Chã, aldeia de Penedones, numa perspetiva de desenvolvimento e criação de estruturas para serviços, lazer da comunidade e desenvolvimento turístico na região;

Considerando que esses equipamentos se encontram distribuídos por diversas áreas da aldeia, com acessibilidades comuns com particulares;

Considerando que se verificou também haver um conjunto de edifícios dispersos pelo centro da aldeia de Penedones, onde particulares têm acesso a estas, designadamente no acesso à zona de campismo e lazer no Fundo de Vila, havendo, ainda, estruturas degradadas que desvalorizam a área pública onde existem edifícios do Município e da Junta de Freguesia da Chã;

Considerando que, pelo facto de existirem estas estruturas e nestas condições, seria conveniente agrupar, atendendo à sua preservação e valorização e para não haver qualquer compropriedade e passagem de particulares;



Foi feita avaliação de cada edifício e, depois de negociar com os respetivos donos das estruturas, foi possível chegar a acordo. _____

Assim, _____

II – Da Proposta _____

Tendo como objetivo: _____

- 1- Valorizar o espaço onde existem edifícios do Município de Montalegre; _____
- 2- Agrupar a área envolvente e, após uma adequada intervenção, valorizar este espaço; _____
- 3- Restringir a área do domínio público, sem qualquer direito de passagem do domínio particular; _____
- 4- Preservar o espaço público, evitando dispersão em vários locais na localidade; _____

Propõe-se: _____

b) Autorizar a permuta dos artigos do Município de Montalegre (U-1299, U- 478 e U-1301), com os artigos particulares Palmira da Costa Dias, Maria de Lurdes Costa Dias Vieira e Carminda da Costa Dias Ricardo (R-8536 e R-8535), atendendo aos valores apresentados por perito credenciado em anexo; _____

a) Para compensação dos valores dos diversos artigos, tendo sido os artigos urbanos do Município de Montalegre avaliados no valor de 161 475,00€ e os artigos dos proprietários particulares avaliados no valor de 66 830,00€, devolver ao Município de Montalegre, no ato de escritura, o valor de 94 645,00€. _____

Montalegre e Paços do Concelho, 27 de setembro de 2024. _____

O Técnico Superior - Abel Surreira." _____

Estes documentos ficam anexos ao maço de documentos desta ata sob a forma de doc. n.º13. _____

A Senhora Presidente da Câmara fez uma breve explicação, do presente assunto, referindo que de acordo com a proposta apresentada, bem como, dos documentos anexos, pode constatar-se que existe no local, alguns edifícios que são do domínio privado do município que conflituam com outros edifícios de proprietários particulares. Tendo os proprietários desses prédios, manifestado à câmara a vontade de delimitar os prédios que lhes pertencem, mas, ao mesmo tempo não pretenderem ter a conflituam com eles, prédios do município e acessos que são comuns aos que pertencem ao município, inclusivamente, com direitos de passagem conflituantes entre esses prédios, foi por isso, formulada uma proposta de permuta destes prédios. Com esta permuta, permite-se, agrupar os edifícios que passam para o domínio privado do município, valorizando-se o espaço em causa. Os prédios que pertencem ao município, estão atualmente ao serviço da cultura, das visitas dos operadores e parceiros que venham a Montalegre realizar estudos, fazer determinados trabalhos de análise e ficam aí alojados. Referiu que, com isto a câmara não está a substituí-los aos operadores turísticos porque esses prédios, são apenas para servir os interesses de que falou, mas quem sabe se no futuro, apareça alguma proposta interessante de privados e se possa dar outro destino a esse património. Deste modo, ao evitar-se a sua dispersão no local, o que se propõe fazer, aprovando a presente proposta, que também é uma



forma de valorizar este património. Por isso, a câmara tem interesse nesta permuta de prédios porque pode aglomerar o património que possui em Penedones e ao mesmo tempo será uma oportunidade de valorizar todo aquele espaço. Esclareceu que, antecipadamente, como se pode observar, foi efetuada uma avaliação dos prédios a permutar, por um perito oficial e os valores constam do relatório anexo à presente proposta. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues interveio para dizer que, conclui das palavras da Senhora Presidente de que não tem, um projeto para o referido espaço. _____

A senhora Presidente da Câmara respondeu que, não tinha dito isso. _____

O senhor vereador Dr. José Rodrigues afirmou que, a Senhora Presidente disse aqui, que para já não vai utilizar aquele espaço como alojamento, apesar deste, já servir para alojar as pessoas que venham de fora, trabalhar para o Município. Porém, o anterior Presidente da Câmara, tinha dito numa reunião, que estes prédios não tinham condições para serem utilizados como alojamento. Agora, a Senhora Presidente afirma que vai utilizar esses prédios para alojamento, tal como tem sido, a utilização lhes é dada até ao presente. Por outro lado, admitiu que pode vir a vendê-los, mas não sabe, não faz ideia, não tem projeto para aquele espaço. Ora, a proposta em causa, até não lhe parece má, mas o que verifica, é que a câmara, não tem um projeto definido para aquele espaço. _____

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que, tal como afirmou, o referido espaço, vai continuar a servir de alojamento para técnicos e parceiros que venham desenvolver estudos e outros serviços de interesse para o município, porém, não exclui a possibilidade de no futuro, poderem servir outros interesses que se manifestem interessantes, sendo certo, porém, que com a permuta de prédios que se irá fazer naquele local, este património sairá valorizado. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, a permuta dos prédios urbanos propriedade do Município de Montalegre, inscritos como U-1299, U- 478 e U-1301, e valor patrimonial total de 161.475,00€ com os prédios rústicos dos proprietários, Palmira da Costa Dias, Maria de Lurdes Costa Dias Vieira e Carminda da Costa Dias Ricardo, inscritos em nome destes como R-8536 e R-8535, com o valor patrimonial total de 66. 830,00€. Foi ainda deliberado que no ato da formalização da escritura de permuta, os proprietários dos prédios rústicos a permutar, pagarão ao município o valor de 94.645,00€ de acordo com a avaliação efetuada aos indicados prédios objeto de permuta, apurada por perito oficial. _____

À Divisão Administrativa para os devidos efeitos _____

2.10. LOTEAMENTO INDUSTRIAL DE SALTO - RESERVA DO LOTE N.º 2 PROPOSTA. _____

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma informação subscrita pelo Chefe da Divisão de Gestão do Território e Urbanismo, Eng. António Quintanilha Borges, a qual vai de seguida ser transcrita para os devidos efeitos legais: _____

“Assunto: Loteamento Industrial de Salto – Reserva do Lote n.º2. _____

Requerente: Manuel Pereira Rodrigues _____



Informação _____

Manuel Pereira Rodrigues, com o NIF -----, residente na Rua-----, n.º ----, -----, 5470-430 SALTO, requer a reserva do Lote n.º 2 do Loteamento Industrial de Salto, visando a instalação de um Armazém de Máquinas de Terraplanagem de apoio à sua atividade profissional (construção civil – máquinas de terraplanagens). _____

O Lote n.º 2 encontra-se, na presente data, disponível para reserva. _____

Nos termos do disposto no número 1 do Regulamento de Venda de Terrenos em Loteamentos Industriais Municipais, aprovado por deliberação da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2016, os lotes poderão ser reservados por um período de seis meses, prazo durante o qual deverá ser apresentado estudo prévio das instalações pretendidas, sob pena de caducidade da decisão de reserva. _____

A utilização pretendida integra-se como atividade de comércio e serviços. _____

O requerente nada informa sobre criação de postos de trabalho. _____

Trata-se de uma atividade não poluente. _____

Não se vê qualquer inconveniente na reserva do referido lote nos termos pretendidos. _____

Caso, após a reserva do lote, se venha a confirmar a sua venda efetiva, após a apresentação do respetivo estudo prévio, o preço por metro quadrado do mesmo será de 8,00 €, conforme disposto na alínea d) do número 1.2 do artigo 4.º do citado Regulamento. _____

O lote n.º 2 apresenta as seguintes características: _____

Área do Lote 2.931,00 m² _____

Área de Implantação 800,00 m² _____

Número de Pisos 2 _____

Área Máxima de Construção 1.000,00 m² _____

D G T U , 2024/09/16. O Chefe de Divisão - Eng. António J. Quintanilha A. Borges." _____

Sobre esta informação encontra-se exarado um despacho da Senhora Presidente da Câmara datado de 24.09.2024 que refere: " À consideração da Câmara." _____

Esta informação fica sob a forma de cópia anexa ao maço de documentos desta ata soba forma de doc. n.º14. _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, nos termos e com os fundamentos constantes da aludida informação técnica, a reserva do Lote n.º 2 do Loteamento Industrial de Salto, a favor do Senhor Manuel Pereira Rodrigues. _____

À Divisão de Gestão do Território e Urbanismo para os devidos efeitos, nomeadamente, notificação do interessado na presente deliberação. _____

XI

APROVAÇÃO DA ATA SOB A FORMA DE MINUTA

(cfr. n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua exectoriedade imediata. _____

XII

ENCERRAMENTO

E, nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu como encerrada a reunião, quando eram dezasseis horas, e para constar lavrou-se a presente ata, e eu, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária, a redigi e vou assinar, junto com a Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

A Presidente da Câmara



A Secretária da reunião

